

A Alca e os enfrentamentos para 2004

Sandra Quintela *

Mais uma vez o Informativo PACS traz o tema da Alca para o debate. Nesta edição mostramos os efeitos que a Alca pode trazer nas relações de trabalho; como os tratados de livre comércio podem ser sinônimos de dominação econômica, política e militar – o que já acontece no México, e a relação entre a Alca e as mulheres.

O ano de 2004 apresenta-se como decisivo nos processos tanto de pressão como de negociação deste acordo. Entre outros eventos, está prevista a realização da IX Reunião Ministerial sobre Comércio, aqui no Brasil, dando continuidade às anteriores realizadas em Miami, Quito, Buenos Aires e Canadá, apenas para citar as quatro últimas.

A Campanha Nacional e Continental contra a Alca pretende organizar uma grande manifestação, onde quer que a reunião aconteça, manifestando o repúdio a qualquer acordo, seja “light” ou integral. Até agora não sabemos nem onde nem quando a reunião irá acontecer. Mesmo assim, já foi iniciada uma campanha para arrecadar fundos para essas atividades: “R\$1 contra a Alca”¹.

Do ponto de vista da pressão, o foco continua concentrado na realização de um plebiscito oficial sobre a Alca que a campanha quer que aconteça no dia 3 de outubro, no mesmo dia das eleições municipais. Cartões postais continuam sendo enviados a senadores/as e deputados/as, pressionando para que estes/as aprovem o projeto de lei n. 71, de autoria do senador Saturnino Braga.

A Campanha Nacional contra a Alca continua insistindo na realização do plebiscito por entender a necessidade de um amplo debate público sobre o tema. Por lei, é obrigatório que os defensores e os contrários à Alca tenham acesso a recursos materiais e de mídia de forma equitativa. O debate precisa ser instalado democraticamente na sociedade. Não podemos simplesmente aceitar que os defensores da Alca utilizem a toda hora os meios de comunicação da grande mídia para defender seus interesses setoriais e bastante restritos, enquanto nós, da Campanha contra a Alca, continuamos sem acesso a eles e construindo com muito sacrifício formas alternativas de comunicação.

Os que defendem a Alca defendem setores muito particulares. Estão interessados em vender laranjas, soja, têxteis para o mercado dos EUA. Se isso implica em abrir mão de regular dos investimentos estrangeiros, por exemplo, não importa muito para eles. Importa ainda menos que aconteça o que se passa no Canadá, cujo governo sofre um processo judicial por parte da UPS (empresa de correio privada) porque seu correio é público. E, pelo simples fato dele ser público, a empresa privada considera uma concorrência desleal, pois recebe recursos públicos para gerir e realizar seu trabalho. Este procedimento jurídico segue o que diz o capítulo 11 da ALCAN (Canadá-EUA-México), que garante liberdade total à iniciativa privada, inclusive o direito de processar estados nacionais quando esses exercem o poder de realizar políticas públicas². Os defensores da Alca parecem também não se importar que grandes empresas privadas tenham mais poder soberano que governos federais.

Os que rechaçam a Alca acreditam que o Brasil tem o direito de seguir o seu próprio caminho de desenvolvimento, garantindo instrumentos de políticas públicas que permitam enfrentar nossas grandes disparidades, as desigualdades sociais e econômicas e superar a sombra da vulnerabilidade externa que nos escurece, principalmente em função do pagamento das dívidas externa e interna.

Além disso, queremos crer que o Brasil, ao sair das negociações da Alca, dê um passo importante na construção de outra integração continental, baseada nas trocas efetivas e afetivas de bens e serviços, que respeitem os direitos humanos, o meio ambiente e possam de fato ser um fator gerador de desenvolvimento centrado na natureza e na pessoa humana e toda sua potencialidade criativa.

Sigamos adiante na luta contra a Alca! ☺

* economista do Pacs

¹ ver www.jubileubrasil.org.br

² ver mais na página da campanha que é a mesma da nota anterior



Alca e as novas relações de trabalho

Pedro Quaresma *

Ao contrário do que pregam os defensores do livre comércio, a abertura comercial não é benéfica quando falamos de acordos entre países em condições desiguais. Pelo contrário, a história tem demonstrado que os tratados comerciais não costumam favorecer igualmente todas as partes, dificultando a superação dos problemas econômicos e sociais das partes menos favorecidas.

Daí ser de suma importância analisarmos quais os efeitos da implantação da Alca sobre o mundo do trabalho no Brasil. Dentro desta perspectiva, cabe contabilizar os postos de trabalho ameaçados com o avanço do processo de liberalização comercial, assim como discutir as relações entre a lógica da Alca e as propostas de reforma trabalhista e sindical, centradas na flexibilização e no enfraquecimento do poder sindical.

Em primeiro lugar, cabe diferenciar a realidade dos EUA e dos demais países da América Latina, onde predomina, historicamente, a geração insuficiente de empregos para o conjunto da população. Além disso, vale destacar a existência na América Latina de um enorme contingente da população (mais de 50% da população ativa) que trabalha na informalidade, ou seja, fora da legalidade, sem direito aos benefícios previstos nas leis trabalhistas do país.

Recentemente, um estudo realizado pelo Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia da Unicamp revelou as ameaças que a implantação da Alca e a ampliação dos tratados de liberalização comercial podem representar para a estrutura industrial e suas diversas cadeias produtivas no Brasil.

Estendendo o resultado deste estudo com os empregos gerados na produção industrial, contabilizados pela PIA-IBGE, podemos concluir que as cadeias produtivas mais ameaçadas pela abertura são justamente aquelas que geram o maior número de postos de trabalho industriais no país. Ou seja, as cadeias ligadas à produção de bens de capital, petroquímica, plásticos, construção naval, têxtil/confecções, automobilística; eletrônica de consumo; farmacêutica; informática; e teleequipamentos.

Somadas, estas cadeias representaram, entre 1996 e 2001, o contingente de 1.731.123 postos de trabalho, ou 35% dos empregos na indústria de transformação no período, ou 10% da população ocupada nas regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE. Incluindo outros setores estratégicos como os serviços, a educação, a saúde e as compras governamentais, previstos nas discussões da Alca, o resultado poderia ser ainda mais preocupante.

É comum aos países, antes da entrada em Acordos de Livre Comércio, tomarem uma série de medidas preparatórias com a finalidade de se encaixarem na lógica da competição e da eficiência produtiva. O caso exemplar desta situação é o que observamos recentemente na União Européia.

No caso brasileiro, a discussão sobre a Reforma Trabalhista está prevista para ser enviada ao Congresso Nacional em 2004. O discurso oficial tenta apresentar a reforma trabalhista como uma flexibilização das relações de trabalho, ou seja, uma reforma modernizante, capaz de propiciar, com a retirada dos “entraves trabalhistas”, a possibilidade de geração de um maior número de postos de trabalho no país. A proposta trata ainda de uma reforma sindical com o claro intuito de enfraquecer os sindicatos financeira e politicamente, diminuindo o poder de barganha dos trabalhadores em relação aos patrões.

A flexibilização tem se mostrado, na realidade, uma vitória da classe empresarial, uma vez que representa a transformação do salário em uma compra de serviços, fazendo com que o trabalhador seja cada vez mais remunerado pelo tempo efetivo de produção, e que a exploração da força de trabalho atinja valores cada vez mais expressivos. ☹

* Pedro Quaresma é economista.



Mulheres e Alca

A questão do Livre Comércio está mobilizando um número cada vez maior de movimentos organizados da sociedade civil. E as mulheres também estão articuladas para defenderem seus interesses. Convidamos duas mulheres do movimento feminista para dar seus depoimentos sobre o tema: Miriam Nobre, do Sempre Viva Organização Feminista-SOF e Isolda Pamplona, do Centro Feminista 8 de março, de Mossoró/RN.



Como tem sido a participação das mulheres na Campanha contra a Alca?

Miriam Nobre - A Marcha Mundial das Mulheres é uma ação do movimento feminista internacional de luta contra a pobreza e a violência sexista que se iniciou com uma campanha entre 8 de março e 17 de outubro de 2000. No Brasil, a Marcha integra a Campanha Nacional contra a Alca porque sabemos que para as mulheres a área de livre comércio significa mais desemprego; perda de direitos trabalhistas, como a licença maternidade; privatização de serviços como saúde e educação; prostituição e tráfico de mulheres. A Marcha tem envolvido todas suas militantes no Brasil e nos países das Américas na Campanha contra a Alca. Utilizamos a educação popular e a mobilização das mulheres para dizer que não aceitamos ser mercadorias.

Isolda Pamplona - A Alca não se trata somente de um acordo de livre comércio e sim de uma estratégia de dominação e hegemonia americana. As mulheres são 70% dos pobres do mundo, onde o livre comércio não oferece oportunidades nem alternativas de mudança. Com a implementação da Alca a pobreza no mundo tende a se agravar. Essa pobreza afeta diferentemente as mulheres.

Qual é a relação entre mulheres e Alca?

Miriam Nobre - Essa relação vai além da visão dos direitos das mulheres como algo exterior às decisões econômicas “estruturais”. O princípio da liberalização progressiva, implicado na participação do governo nas negociações da Alca, supõe que o comércio internacional é o motor do desenvolvimento e o caminho para superar a pobreza. É esse o tipo de decisão que está ditando o que produzimos. É esse tipo de decisão que faz com que as Maquiladoras - fábricas cujo funcionamento é baseado na superexploração do trabalho, na liquidação dos direitos e na proibição da organização política das mulheres - sejam apresentadas como uma alternativa de “desenvolvimento”, geradora de oportunidades para as mulheres.

Isolda Pamplona - A participação das mulheres na campanha contra a Alca tem se dado a partir de um olhar feminista. Queremos desestruturar esse sistema econômico baseado num modelo neoliberal e patriarcal que exclui as mulheres, no qual somos e seremos cada vez mais tratadas como mercadorias. Para isso temos realizado atividades de formação e educação popular nos grupos de mulheres de bairros e de assentamentos e comunidades rurais na cidade de Mossoró-RN, além de grupos de mulheres jovens que representa uma parcela importante da luta contra Alca.

Quais as alternativas das mulheres para as Américas?

Miriam Nobre - As mulheres são 70% da população pobre do mundo, para quem o livre comércio não oferece solução nem oportunidades. O lugar que este sistema destina às mulheres é o da dupla jornada de trabalho que sustenta a privatização dos serviços, da aceitação de condições de trabalho cada vez piores apoiadas no machismo e no culto à família, da perda do próprio direito de nos organizarmos para lutar. As alternativas para as mulheres das Américas continuam sendo a mobilização, a luta pela nossa autodeterminação e pela construção de um outro mundo, com sociedades igualitárias.

Isolda Pamplona - Todos os movimentos que integram a Campanha contra a Alca acreditam e vêm construindo uma outra forma de integração entre os povos, baseada na solidariedade, na justiça e igualdade. Essa alternativa passa necessariamente pelo fortalecimento de uma ação global entre todos os movimentos, rompendo com todas as formas de exploração, exclusão e discriminação definida pelo neoliberalismo em nome do livre comércio. Na se trata de fórmulas prontas, e sim de lutas cotidianas, construindo redes de solidariedade, igualdade entre os povos, globalizando esperanças de sonhos. ☺



Festival do trabalhador

“Qual o valor da água” foi o tema do 9º Festival de Música e Poesia do Dia do Trabalhador, que aconteceu no dia 1º de maio, na Cooperativa Habitacional Mista Shangri-lá (Taquara/Jacarepaguá).

O Festival do Trabalhador contou, em música e poesia, as vivências da luta de classes, fazendo da arte uma ação política, perpetuando as resistências e construindo o futuro. Destaque para a exibição do vídeo “O Rio Grande”, um documentário sobre um rio da região. Cerca de 250 pessoas – de comunidades carentes, movimentos organizados e militantes - participaram do evento, cantando seus desafios e recitando suas conquistas, sonhando com uma organização social mais humana e solidária.

Comércio e desenvolvimento

Acontece de 13 a 18 de junho, em São Paulo, a XI Conferência da Unctad, órgão das Nações Unidas que trata de forma integrada as questões de comércio e desenvolvimento. Criada em 1964, a Unctad constitui-se a única instituição internacional, entre as multilaterais existentes, que faz uma análise crítica do modelo hegemônico imposto pelos bancos multilaterais, FMI, OMC etc. Participam do fórum 192 países, que discutirão temas como direitos humanos, justiça social e sustentabilidade. Mais informações: www.unctadxi.org

Rede Solidária

Estará acontecendo de 30 de maio a 6 de junho, o II Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidárias da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária. O evento, que será realizado em Guarapari/ES, tem como objetivos fortalecer a socioeconomia solidária no Brasil, reforçar a ideologia política da RBSES na conjuntura da Economia Solidária no Brasil e no Mundo, introduzir o debate na rede em torno da participação das mulheres nas iniciativas de economia solidária, entre outros. Informações e inscrições: www.redesolidaria.com.br (procure o elo para o II Encontro).

Fórum Social Américas

Estão abertas as inscrições para o Fórum Social Américas (FSA), que acontecerá em Quito, Equador, entre os dias 25 e 30 de julho de 2004. Este primeiro Fórum hemisférico pretende abordar com mais profundidade as especificidades regionais da globalização neoliberal e dar mais espaço de expressão ao pensamento crítico, às experiências de resistência e de construção de alternativas, que estão arraigadas na história das distintas regiões do mundo. As inscrições de delegados vão até 31 de maio. Mais informações, em www.forosocialamericas.org e pelo correio eletrônico foroamericas@fsmecuador.org.



Leia o Jornal
BRASIL DE FATO

Nas bancas por R\$2,00 - edição semanal.
Assinaturas: brasildefato@teletarget.com.br

O Tratado de Livre Comércio da América do Norte e a reestruturação do capital americano



Robson Aguiar *

Apresentar o TLCAN como uma estratégia de domínio territorial, energético e militar, que possui como consequência a supremacia econômica dos Estados Unidos, é uma apresentação correta, porém insuficiente. Afinal, os tratados de livre comércio impostos pelas grandes corporações multinacionais fazem parte de todo um processo histórico de reestruturação do capital. Esta reestruturação atinge a esfera tecnológica, como também as práticas ideológicas, culturais, políticas e sociais, onde o Estado-Nação hegemônico passa a impor uma reatualização das formas imperialistas de dominação. Como resultado direto temos uma reprodução acelerada do capital, a concentração de riquezas, a reorganização da geopolítica mundial em função dos interesses de mercado e a intensificação das contradições entre trabalho e capital. São usados vários mecanismos, que vão do militar ao cultural, influenciando a mudança de hábitos e costumes dos povos, resultando no que foi apresentado ao senso comum como Globalização.

Em 1º de janeiro de 2004, a imprensa mexicana deu amplo destaque aos 10 anos de existência do Tratado de Livre Comércio da América do Norte, TLCAN ou NAFTA (como é conhecido aqui no Brasil), afirmando que o acordo possibilitou o crescimento e o desenvolvimento do México. Ao contrário, pesquisadores e intelectuais das universidades e Organizações não governamentais (ONGs) apresentaram o balanço de 10 anos do tratado, demonstrando através de dados documentais o aumento da pobreza e a perda de soberania.

Após 10 anos de TLCAN, o México reinverteu seu nacionalismo revolucionário em função de uma intensa subjugação ao domínio neoliberal. O passado recente da nacionalização do petróleo, da lei que controlava os investimentos estrangeiros, do subsídio à agricultura em especial o milho (base alimentar e cultural do México), foi negado por um presente de submissão econômica e política aos EUA, tendo como principais instrumentos os governos de La Madrid (1982-1988), Salinas (1988-1994), Zedillo (1994-2000) e atualmente Fox (2000-2006), responsáveis pela constitucionalização do neoliberalismo no México, que se verifica através das alterações jurídicas e constitucionais efetuadas durante os referidos governos.

Apresentaremos alguns fatos concretos que materializam a realidade econômica e política do México após a efetivação do Tratado.

Na agricultura, a importação de milho e de sementes oleaginosas (soja, cevada, etc) aumentou de 8,8 milhões de toneladas ano em 1993 para 20,3 milhões de toneladas ano em 2002, significando perda de soberania e de segurança alimentar. Também devemos acrescentar o aumento dos bens que compõem a cesta básica, que de 1994 a 2002 aumentaram 257%. Já os valores pagos aos produtores aumentaram apenas 185%.

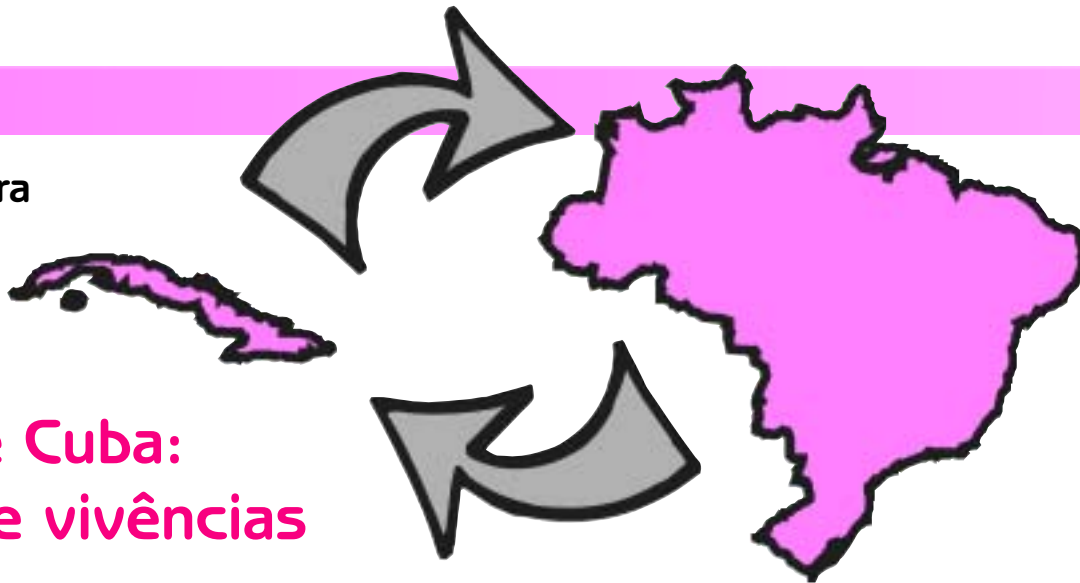
No que se refere ao emprego, após 9 anos de Tratado (1994 a 2003) o custo do trabalhador (incluindo salário e custos indiretos como previdência social) baixou 36% do custo anterior para os empregadores, enquanto os trabalhadores passaram a produzir 53% a mais por hora trabalhada. Durante o período de 1994 a 2003 foram criados 8,073,201 empregos no México, no entanto este número representa apenas 46,6% da demanda de trabalho da população economicamente ativa.

Por último, o saldo acumulado de crescimento do PIB por habitante de 1982 a 2002 foi de 5,6%, enquanto o custo do esgotamento de recursos naturais e a degradação ambiental a cada ano são de 10% do PIB mexicano.

Há outros exemplos significativos que trabalharemos num próximo momento. O importante a ressaltar é o projeto dos EUA na realização dos tratados de livre comércio, onde podemos situar a Alca como extensão para toda América Latina da dominação econômica, política e militar que se iniciou no México e que pretende se consolidar em todo continente.

* Robson Aguiar faz parte da Secretaria Executiva do Comitê da Campanha Contra Alca. Esteve no México por dois meses, com apoio do PACS.

Mundo afora



Brasil e Cuba: trocas e vivências

“Políticas Sociais na Era da Globalização: Crescentes Pressões sobre os Recursos” foi o tema do seminário realizado em Varadero/Cuba, entre os dias 21 a 24 de abril. O evento foi promovido pela Organização Internacional para a Economia do Conhecimento e Desenvolvimento Empresarial – IKED/Suécia e pelo Centro de Estudos Europeus/Cuba. O PACS participou desse Seminário que tratou, entre outros temas, da manutenção do bloqueio estadunidense com relação a Cuba, da dolarização da economia daquele país, do avanço da engenharia genética e da biotecnologia daquele país socialista. A Europa também foi foco dos debates que abordou questões como a implantação, desafios e impactos da União Européia, especialmente para os países nórdicos que detêm a característica do modelo de Estado de Bem-Estar Social, implantado sob distintas formas e dinâmicas a partir do fim da II Guerra Mundial.

O PACS apresentou a temática “Políticas Sociais do Governo Lula - Desafios e Perspectivas”, procurando explicar o que vem acontecendo com a política econômica *vis-à-vis* a política social do governo federal vigente em contraposição ao mandato anterior. Também foram abordadas as reformas, estruturantes e polêmicas, levadas a cabo em 2003, assim como as que estão agendadas para 2004.

Contatou-se uma grande expectativa internacional em relação ao Brasil. Sabe-se que o governo vem executando políticas sociais inovadoras (Fome Zero, Combate à Corrupção e ao Trabalho Escravo, Promoção da Economia Solidária, entre outros) e que tem realizado uma política de relações internacionais diversificada, ativa e mais consciente em relação à adotada até 2002. Ficou evidenciada a ortodoxia da política macroeconômica do Governo Lula, notadamente conservadora. Tal política tem fadado qualquer projeto nacional de desenvolvimento, e tem imprimindo um tom paliativo e assistencialista em relação àquelas ações sociais.

Durante o Seminário foi interessante observar que Cuba está muito mais próximo dos indicadores sociais dos países desenvolvidos do que dos em desenvolvimento, em especial em relação aos países escandinavos. Isso se observa por vários indicadores, a saber: 100% da população é alfabetizada e tem o primeiro e segundo graus completos; a expectativa de vida em Cuba, em 2003, foi de 76 anos e a taxa de fecundidade é semelhante a dos países do chamado Primeiro Mundo. Há outros indicadores interessantes, por exemplo, quanto à inserção da mulher no trabalho produtivo e reprodutivo. Em 1959, apenas 12% das mulheres tinham acesso ao mercado de trabalho em Cuba; atualmente essa taxa é de 44,3%, sendo que existe equidade salarial das mulheres em relação aos homens. Um êxito recente dos movimentos de mulheres cubanas foi o de poderem transferir, por lei, a licença maternidade (de um ano) para os homens, após o período de amamentação.

Diante da troca de experiências e da oportunidade de conhecer de forma mais aprofundada a realidade de outros países, fica o desejo de uma aproximação contínua com Cuba e com os amigos suecos que lá fizemos. Voltamos também com a certeza de que não estamos sós na empreitada de um outro sistema e mundo para se viver. ☺

Ruth Espínola Soriano Nunes

Economista do Pacs, especialista em Políticas Públicas e Governo e mestrandia em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura pela UFRJ/CPDA.

Publicação trimestral do Pacs – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Apoio: Christian Aid, Trocaire e Ação Quaresmal

Coordenação-Geral: Marcos Arruda

Coordenação de Programas: Sandra Quintela

Conselho Editorial: Alain Simon, Hermila Figueirêdo, Lycia Ribeiro, Jussara Oliveira, Kátia Aguiar, Robson Patrocínio, Renata Lins, Ruth Espínola Soriano de Souza Nunes e Terezinha Pimenta

Distribuição: Gustavo Jorge Vaccihi e Leilane Brito

Sugestões, críticas ou pedidos de exemplares? Fale conosco, teremos muito prazer em responder:

Av. Rio Branco, 277 - 16º andar - sala 1609
Centro • Rio de Janeiro • RJ • CEP 20.040-009

Tel/Fax: (21) 2210-2124

www.pacs.org.br - pacs@pacs.org.br

Utilidade Pública Federal - Port. nº 2.476,
de 17/12/2003 - D.O.U. de 18/12/2003

Conselho Municipal de Assistência Social -
inscrição nº 620 - D.O.M. de 28/10/2003

Edição: Lycia Ribeiro

Projeto gráfico e diagramação: Rogério Nascimento

Impressão: Gráfica Alex

Tiragem: 2.500 exemplares